

## **A greve como arma e o assalariamento como fim: o novo sindicalismo e o drama da identidade profissional dos jornalistas na década de 1980.**

**Marco Antonio Roxo (UFRJ)**

*Os Mesquitas não falavam com os Frias (...); o Brito não falava com o Roberto Marinho; só o Chagas Freitas falava com os dois. Com isso, eles não conseguiram se articular. A partir dessa greve, a segunda geração se articulou. E a partir daí eles nunca mais deixaram de fazê-lo. Por mais que briguem, que haja campanha um contra o outro, vende mais, vende menos, estão ali, na mesma linha, adotando as mesmas posições nas coisas fundamentais (Alberto Dines in Abreu 2003, p. 127).*

O jornalista Alberto Dines, o autor da epígrafe, aponta para o fato de existir fortes rivalidades pessoais, comerciais e no entendimento do papel da imprensa entre o patronato dos jornais. Na sua visão, somente algo dramático poderia para suscitar a unidade contra *em coisas fundamentais*, como, por exemplo, a manutenção da propriedade privada dos meios de comunicação e o domínio sobre os valores e práticas que deveriam nortear o exercício profissional do jornalismo.

Esse evento dramático foi a greve dos jornalistas de São Paulo 1979. O que esta ela teve de tão importante? Os eixos do movimento grevista foram à recuperação das perdas salariais impostas pela manipulação da inflação pelo governo militar em 1973 e a estabilidade para os membros do *Conselho Consultivo de Representantes das Redações, CCRR*, que vinham sendo sistematicamente demitidos<sup>1</sup>.

O movimento foi deflagrado depois de duas assembléias massivas, que contou com a presença de cerca de dois mil jornalistas, gerando empolgação no conjunto da categoria. A greve durou de 25 a 31 de maio. Seu fim aconteceu logo após o Tribunal Regional de São Paulo decretar sua ilegalidade por um simples motivo: a exigência de estabilidade dos representantes de redações não era parte do acordo coletivo anterior, não cabendo aos jornalistas incluí-la como ponto de pauta para um acordo coletivo fora da data-base oficial da categoria<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> O CCRR tinha muitas similaridades com os conselhos criados nos jornais portugueses logo após a Revolução dos Cravos em 1974 (TRAQUINA e AGEE, s/d, p.24-25). Segundo o presidente do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, David de Moraes, ele também deveria servir de modelo para as Comissões de Fábrica criadas pelos operários do setor automotivo da região do ABC paulista. *Unidade*, nº 32, maio de 1979, p. 3.

<sup>2</sup> A negociação oficial deveria acontecer em novembro de 1979. Mas, coerente com as diretrizes do novo sindicalismo, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo não reconhecia o mérito da legislação trabalhista e nem o Ministério do Trabalho como um fórum adequado para mediar acordos classe a classe. De outro lado, a entidade sindical também recusou a oferta dos sindicatos patronais, Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas e o Sindicato das Empresas de Radiodifusão, de negociar os acordos separadamente e não de forma unificada entre a categoria. O acordo unificado visava proporcionar maior homogeneidade salarial entre os jornalistas. ROXO da SILVA, 2003, p. 212-216.

Até então, estamos diante de um simples movimento trabalhista. Porém, o que este trabalho pretende mostrar é que ela representou mais do que um simples conflito entre patrões e empregados. Ela foi um momento no qual os jornalistas negociaram intensamente entre si os contornos de suas identidades como profissionais. De um lado, para o patronato, ela indicou haver uma esquerdização do jornalismo que não se fosse contida poderia por o regime de livre empresa que funcionava o jornalismo em perigo. Por outro, ela deu visibilidade a dois padrões distintos de ação sindical, o do Partido dos Trabalhadores e o do Partido Comunista Brasileiro, que estavam diretamente relacionados com diferentes concepções e valores de se conceber o jornalismo como prática social.

Para tratar desse conflito de identidades presentes na greve e dar conta dos diversos posicionamentos existentes no interior da comunidade jornalística acerca dos valores e práticas que deveriam nortear o jornalismo enquanto profissão, dividimos os jornalistas em três tipos ideais: o *intelectual*, o *trabalhador* e o *profissional*.

O uso de tipos ideais, segundo Max Weber, permite estabelecer uma conexão de sentido entre a postura abstrata que os tipos representam e as práticas políticas concretas dos agentes. O objetivo é, a partir da pureza abstrata dos tipos, buscar elementos para interpretar os “desvios” da ação racional que ocorrem na vida social dos indivíduos. A intenção, assim, não é encontrar a verdadeira essência dos fatos e das representações inerentes a eles que se cristalizaram na dinâmica histórica, mas sim descrevê-los e analisá-los de forma lógica e coerente. Para Weber, o uso de tipos ideais não deve ser visto como um puro exercício de abstracionismo, mas somente como um recurso metodológico, pois ele não implica na crença de um predomínio racional e, portanto, idealizado, na vida<sup>3</sup>.

A utilidade dos tipos não está na determinação de posições modelares e estáticas para os jornalistas, mas na possibilidade de se identificar padrões de variações entre a postura concreta dos agentes e as características dos tipos durante um transcurso no tempo. Sua utilização não implica o desconhecimento do fato de que os jornalistas não são homogêneos em suas crenças profissionais e que elas são na maioria das vezes ambíguas e confusas. Mas, eles nos permitem orientar as vertentes interpretativas que

---

<sup>3</sup> WEBER, Max in *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1ª reimpressão da edição revista de 2001, p. 54 e *Introdução ao Pensamento Sociológico*. São Paulo, Editora Moraes, 1992, p. 106.

estavam em disputa na luta por uma dada conformação do campo jornalístico durante o período estudado.

O tipo *profissional*, neste sentido, representa a influência dos valores do jornalismo norte-americano no Brasil, principalmente após 1950, estando associado tanto à modernização do campo jornalístico quanto a noção do carreirismo individualista típico de uma sociedade liberal democrática. O carreirismo deveria ser contrabalançado por uma ética herdada de profissões liberais, através da qual a atividade jornalística deveria ser vista como uma prestação de serviços públicos, orientada por uma técnica de produção de notícias baseada na objetividade jornalística e na postura de distanciamento dos jornalistas em relação aos agentes políticos. Em tese, este modelo de ação era o que mais agradava às empresas jornalísticas.

O *trabalhador* está relacionado ao modo lideranças sindicais dos jornalistas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, PT, estruturaram um modo ação ético-político no sentido de fazer os jornalistas se comportarem como classe e corporação. O corporativismo estava associado às estratégias através das quais as entidades visavam à regulação, através da lei e/ou outros dispositivos, das relações de trabalho dos jornalistas de forma a não sujeitá-las as incertezas do mercado. O modo como faziam era apelando para um discurso marxista calcado na luta de classe, em que procuravam mostrar como as condições de trabalho dos jornalistas eram similares às dos demais trabalhadores brasileiros e sugerindo adoção de uma postura coletiva típica de categorias com mais tradição no movimento sindical.

O *intelectual* representa o modo como os jornalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro, PCB, agiam diante das restrições que as organizações empresariais impunham ao trabalho jornalístico e no modo como eles buscavam, mesmo conscientes desses limites, influir no debate público e de organizar de forma consensual agenda político-cultural da sociedade. O arquétipo aqui é o intelectual orgânico de Gramsci. Ele representa a importância que os comunistas davam aos jornais conservadores na construção na formação da vontade coletiva e de um bloco histórico que pudesse construir uma hegemonia de valores que pudesse garantir uma transição pacífica do Brasil rumo à democracia.

Sendo assim, o nosso objetivo é mostra não só que a greve ocorreu num quadro político complexo em que os jornalistas estavam inseridos em dois eixos de luta. O primeiro foi na luta por liberdade de imprensa, que tomou impulso a partir da morte do jornalista Wladimir Herzog em 1975 e fez do Sindicato de Jornalistas um agente ativo da

arena política. Entre 1975 e 1978, o Sindicato participou ativamente, junto com outras entidades da sociedade civil, principalmente àquelas que representavam os setores de classe média engajados, como OAB e ABI, da luta pela reconquista dos direitos civis usurpados pela ditadura militar. Dentro dessa frente é se destacava o papel de certos jornalistas procurando criar, através dos jornais, canais de interlocução da oposição política com o regime militar diante da condução de uma transição pactuada.

O segundo se dá a partir de 1978, quando, impulsionada pelas greves metalúrgicas, a nova direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo se empenhou a dar uma identidade de classe aos jornalistas. Este tipo de postura teve reflexo no jornal da entidade, o *Unidade*. Até então, o jornal teria se configurado como uma tribuna para discussão de assuntos jornalísticos, entre os quais à questão da censura, o mercado de trabalho, a formação profissional acadêmica etc. Nestes debates tinham assento os grandes nomes do jornalismo entre os quais Alberto Dines, Mino Carta, Fernando Pacheco Jordão, Cláudio Abramo, entre outros.

Este quadro mudou com o impacto das greves no ABC paulista. As questões sindicais, entre os quais se destacava o tema da greve, se tornaram hegemônicas no interior do *Unidade*. Líderes metalúrgicos, ceramistas, panificadores e de outras categorias de trabalhadores passaram a ocupar as páginas do jornal. Junto com eles, intelectuais como Francisco Weffort, Albertino Torres e Francisco Oliveira, estudiosos da luta dos trabalhadores, se tornaram ativos freqüentadores do *Unidade*.

Mas, iremos além dessa discussão. Pois, a greve está relacionada com os ataques que o patronato dos jornais passou a fazer a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalismo. Isso nos obriga situar essa discussão em torno da dinâmica sindical dos jornalistas e dos papéis que os militantes do Partido Comunista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores exerciam em torno dela. Isto é um passo fundamental para compreendermos como a hegemonia do novo sindicalismo significou a absorção de um novo papel entre os jornalistas que, apesar do caráter conflitivo com o estilo de profissional exigido pelas empresas, ajudou a sedimentar a identidade profissional destes agentes no assalariamento e nas condições de venda de sua força de trabalho, valores típicos de trabalhadores adaptados a uma sociedade de mercado.

## Os jornalistas e o Novo Sindicalismo

Com o objetivo de restituir o orgulho dos jornalistas como *trabalhadores assalariados*, o grupo de jornalistas que ocupou a direção do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo a partir de 1978 revisitaram e glorificaram a memória de suas lutas passadas entre os pares. Entre elas a “resistência à ditadura Vargas”, a construção da nova sede do Sindicato e a greve de 1961, a única realizada anteriormente. Com isso, eles procuravam jogar nos recônditos da memória coletiva dos jornalistas, os momentos em que a entidade esteve domínio de lideranças pelegas, atreladas ao jugo do Ministério do Trabalho e subordinadas à lógica de um sindicalismo de “colaboração de classes”. Como afirmou o presidente da entidade empossado em maio de 1978, David de Moraes “*agora o Sindicato ia pro pau. Agora era pau*”<sup>4</sup>.

Dentro deste conjunto de esforços para tornar os jornalistas uma categoria de tradição e vanguarda no movimento sindical é que foi concebido o Conselho Consultivo de Representantes de Redações<sup>5</sup>. O objetivo deste organismo era evitar o cupulismo e a falta de alternância das lideranças à frente das entidades de classe, tidos como um dos maiores males do sindicalismo brasileiro. Ao mesmo tempo, o CCRR deveria servir como instrumento de pressão sobre o patronato, alterando as relações de poder no interior das redações e permitir jornalistas influir coletivamente na produção do noticiário.

O nascimento do Conselho Consultivo de Representantes de Redação, em 1977/78, obedeceu a um movimento de idéias, dentro da categoria e do sindicato, que pretendia contemplar várias necessidades simultaneamente. Uma era de democratizar a vida interna do Sindicato, de arraigar mais a entidade nas bases (entenda-se, nas redações), de vincular mais estreitamente diretoria do Sindicato e Associados. Outra era de organizar os jornalistas nas redações, atrair para a atividade sindical formal os colegas mais distantes, mais alheios, mais ausentes. **Outra, enfim, era de empreender lutas que significassem um avanço na conquista de melhores condições de trabalho através de um sistema de representação democrática que exprimisse, diante dos proprietários de cada empresa, a vontade dos empregados. E, subjacente a essas necessidades mais conscientes, pairava, na época, outra, mais sutil, mas não menos premente: a da luta pelas liberdades democráticas elementares, principalmente pela liberdade de expressão e pela liberdade de imprensa**<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Entrevista dada ao autor em 10 de abril de 2002.

<sup>5</sup> Em termos formais, o CCRR era uma reunião plenária formada pelos representantes escolhidos pelos jornalistas nas redações através de eleições diretas e secretas. O CCRR tinha uma Coordenadoria formada por três membros eleitos entre os representantes. A Coordenadoria deveria trabalhar em contato permanente com a direção do SJSP para dar efetividade às decisões do Conselho, convocar e organizar as suas reuniões mensais. Com o objetivo de dar organicidade e institucionalidade ao CCRR, o Sindicato implantou o órgão através de reformas estatutárias na entidade, em fins de 1977.

<sup>6</sup> ABRAMO, Perseu. “Proposta para o CCRR”. *Unidade*, abril/maio de 1981, p. 6.

Estávamos, assim, diante de um organismo cujas potencialidades para dinamizar a vida sindical eram imensas, tendo em vista a inserção dupla dos jornalistas na sociedade, como trabalhadores assalariados em empresas jornalísticas e como porta-vozes das demandas gerais dos diversos grupos sociais. A questão da liberdade de imprensa dizia respeito às restrições organizacionais de censura e, neste sentido, o CCRR era visto como um contrapoder capaz de reconfigurar a política editorial dos jornais em prol dos interesses e demandas da maioria, o conjunto dos trabalhadores assalariados.

Na prática, o funcionamento concreto do CCRR teve uma série de problemas. Entre eles a discrepância no nível de organização dos jornalistas em cada empresa e a forma diferente como muitos interpretavam o órgão, usando-o como escudo para as retaliações pessoais contra alguma chefia e/ou entendendo que pertencer ao organismo gerava uma exposição danosa perante suas chefias, dificultando a manutenção deles no emprego. As empresas reagiram. Diversos representantes de redações foram demitidos, o que gerou a necessidade do Sindicato incluir a estabilidade dos mesmos nas negociações, para evitar perseguições e não permitir a inviabilização do organismo<sup>7</sup>.

A derrota dos jornalistas na greve gerou diferentes interpretações sobre o movimento. Para as empresas, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo submeteu os jornalistas a duas ideologias estranhas a sua cultura: o assembleísmo, representando à tática dos sindicalistas de perverter às consciências individuais dos jornalistas ao furor coletivo das assembleias massivas, e o grevismo, o modo pelo qual os dirigentes sindicais dos jornalistas faziam da greve um instrumento do seu status no meio sindical<sup>8</sup>.

Foram três os motivos que geraram a apreensão dos empresários em relação à greve. Primeiro, ela quebrou o relativo controle que as empresas tinham sobre a hierarquia internas das empresas, pois os jornalistas situados nos postos hierárquicos

---

<sup>7</sup> Foram 12 demissões. Conforme, o jornalista e escritor Fernando Morais, vice-presidente do Sindicato, as demissões eram sinais de endurecimento dos patrões em relação à possibilidade dos jornalistas imporem um controle dentro das redações. Para ele Sindicato não podia aceitar as justificativas usadas pelo patronato, de que as demissões eram por desvio de comportamento profissional ou pessoal em relação às normas impostas pelas empresas. “A delegação é dada aos representantes pelas redações e só a estas cabe revogá-la”. Ou seja, para o Sindicato, aceitar as demissões era o mesmo que não dar nenhum estatuto legal ou político ao processo de escolha dos representantes de base. Ver ROXO DA SILVA, op. cit. p. 161.

<sup>8</sup> Na interpretação de alguns empresários, os objetivos da greve eram meramente políticos e ideológicos. Prova disso era o fato, segundo eles, dos jornalistas terem apresentado uma reivindicação salarial totalmente absurda com a preocupação evidente de que ela não fosse atendida. Esta era uma condição básica para a greve ter uma finalidade instrumental, entre elas o controle das redações e por consequência, o controle total da imprensa brasileira por parte dos sindicalistas. Ver os seguintes editoriais: *Abuso Calculado*, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1979; *A Empresa Continua*, *Folha de S. Paulo*, 27 de maio de 1979; *A Greve do Sindicato dos Jornalistas I, II e III*, respectivamente 30, 31 de maio, 01 de junho de 1979 e *Anatomia de uma Greve*, 31 de maio de 1979, todos publicados pelo *O Estado de S. Paulo*.

intermediários participaram do movimento. Segundo, ela teve intensa participação dos jornalistas graduados, os mais jovens e entusiasmados com o movimento. Terceiro, o pânico que o CCRR representou para empresários dos meios jornalísticos, sendo comparado aos soviets da Revolução de 1917<sup>9</sup>.

Do ponto de vista geográfico, isto explica porque as maiores hostilidades ao diploma eram de empresas jornalísticas situadas em São Paulo. Para alguns jornais, como *O Estado de S. Paulo*, a greve representava a esquerdização inconseqüente do jornalismo, em função do conluio entre sindicato e escolas de comunicação. Assim, o movimento teria sido conduzido por profissionais que deixaram de lado o que para eles era a verdadeira “missão” dos homens de imprensa.

Sem consciência da missão da Imprensa, aqueles que preferiram dar a sua lealdade a uma causa que proclamavam ilegal e injusta a permanecerem fiéis à sua consciência, aqueles egressos das Escolas de Comunicação, condenados pelo corporativismo da profissão a esperar anos a fio, que se lhes abra oportunidade de trabalho (...) Para os alunos oriundos das escolas de comunicação, o diploma de jornalismo abriu-lhes a perspectiva de serem os salvadores da massa com a qual se recusam a confundir. O pacto tácito entre as escolas de comunicação, cujo nível é de sobejo conhecido e onde a idéia de democracia e liberdade desaparecem no processo de catequese dos ativistas, e os sindicatos profissionais de jornalistas tornou a Imprensa, vale dizer, a opinião pública, prisioneira de uma corporação em que não há mestres nem aprendizes porque todos se julgam autores da obra-prima<sup>10</sup>.

Entre os jornalistas, dois tipos de interpretação se destacaram entre os motivos da greve a intransigência patronal e o impulso coletivo. A primeira se encaixaria nas análises dos grupos que apoiaram a diretoria do Sindicato no enfrentamento com os patrões. Para estes, a greve mostrou um grau razoável de organização coletiva dos jornalistas. Seu fracasso se deveu a fatores como: a vacilação de alguns companheiros, principalmente

---

<sup>9</sup> David de Moraes, presidente do Sindicato de São Paulo traçou um perfil dos cerca de 200 jornalistas demitidos: *Se a gente fosse traçar um perfil do jornalista demitido eu diria que ele tem cerca de dois anos de trabalho – é moço, portanto – e ganha em torno de 13 a 14 mil cruzeiros. Significativamente, ele é um dos companheiros mais combativos. Nós fizemos uma assembléia dos demitidos e era fácil perceber, só olhando, que aqueles meninos que estavam ali eram os que estavam na frente de batalha.* Por “frente de batalha” entenda-se a participação intensiva dos mesmos nos piquetes realizados nos principais jornais de São Paulo, enfrentando a polícia e os pares que tentavam furar o movimento. Em relação ao CCRR ele afirmou sobre *O Estado de S. Paulo*: *Eles achavam que aquilo ali era um soviete, eles diziam que a gente estava querendo criar soviets dentro da redação pra controlar a ‘opinião’ do jornal.* Ver ROXO DA SILVA, op. cit. 226 e 250. Podemos encontrar referência implícita ao Conselho no discurso de Frias (2003, p. 359-360) sobre um dos motivos da implantação do projeto *Folha*, a retomada do controle da redação pela empresa: *Era um clima muito difícil. Era comum eu tomar uma decisão e a redação parar. Então vinha uma comissão que vinha discutir por que tal decisão foi tomada, por que não sei o quê. Havia, na gestão do Boris Casoy (1979-1982), um clima de grande mobilização, possibilidade de expressão e as pessoas achavam que o próximo passo era a autogestão.*

<sup>10</sup> *A Greve do Sindicato dos Jornalistas I. O Estado de S. Paulo*, 30 de maio de 1979, p. 3.

algumas chefias que não mais se identificavam com o conjunto dos jornalistas; divergências ideológicas entre as lideranças da categoria; ações repressivas dos patrões, da polícia e da Justiça do Trabalho e falta de utilização do CCRR como órgão de apoio à direção do movimento<sup>11</sup>.

De modo quase inverso, para os grupos de oposição à direção da entidade, a derrota foi motivada pela falta de: organicidade do movimento e de orientações precisas da direção; análises em relação à nova composição estrutural das empresas e da força de trabalho; união da categoria. Esses fatores se somavam à heterogeneidade política e ideológica dos jornalistas<sup>12</sup>.

Entre esses pólos havia um pequeno conjunto de jornalistas, entre os quais se inclui Alberto Dines e Cláudio Abramo, para quem a greve foi fruto da ação de um grupo radical, que depois se incorporou ao PT, capaz de convencer a maioria dos jornalistas a participarem do movimento. Em oposição aos radicais estavam os quadros intermediários, os comandos dos jornais e do pessoal do PCB<sup>13</sup>. Eles foram definidos por Dines (2003, p. 126) como *as pessoas politicamente mais preparadas* e que estavam atentas às modificações ocorridas no trabalho jornalístico por conta da tecnologia. *Hoje*

---

<sup>11</sup> Entre essas chefias estavam Mino Carta, da *Isto É*, Cláudio Abramo, da *Folha de S. Paulo*, Milton Coelho da Graça, da Editora *Abril*, e Roberto Muller, da Gazeta Mercantil, que tentaram intermediar um acordo entre os Sindicatos de Jornalistas e Patronais para por fim à greve. As divergências ideológicas eram entre os simpatizantes da diretoria, David de Moraes, Perseu Abramo, Carlos Tibúrcio, Rui Falcão e Lia Ribeiro Dias, quase todos futuros militantes do PT, (David de Moraes foi da área de transportes e mediador de conflitos sindicais do governo de Luiza Erundina e assessor parlamentar do deputado federal José Eduardo Cardoso; Ruy Falcão se tornou presidente do diretório regional do PT paulista; Carlos Tibúrcio foi assessor do Ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda, Perseu Abramo deu nome a fundação Cultural do Partido. Lia Ribeiro Dias virou empresária da comunicação) e os militantes identificados com o PCB (entre eles Paulo Sérgio Markun, Rodolfo Konder, Marinilda Marques, José Vidal Galente, Sérgio Gomes, Ricardo de Moraes, Fred Pessoa e Carlos Noronha). Estes últimos eram apoiados por jornalistas definidos como liberais moderados de esquerda, como Audálio Dantas, Elias Raide e Emyr Nogueira. O foco da divergência era a participação das correntes de oposição no Comando Geral da Greve, presidido por Perseu Abramo e Augusto Nunes. O grupo do PT tinha o apoio de uma corrente trotskista chamada *Liberdade e Luta*, na qual estavam Paulo Nogueira (chefe da Agência *Folhas*, José Américo Dias (futuro secretário geral do PT), Mário Sérgio Conti, jornalista da *Folha de S. Paulo* e Sheila Carvalho, mais tarde diretora da Revista *Exame*). Ver ROXO DA SILVA, 2003, p.87-88 e 257-265.

<sup>12</sup> A falta de organização do movimento foi atribuída ao excesso de organismos existentes como o Sindicato, o CCRR e o Comando de Greve, criado para acomodar as diversas correntes políticas existentes entre os jornalistas, mas que se tornou um palco de divergências, gerando dificuldades na condução do movimento grevista (*Ibid*, p. 260-265).

<sup>13</sup> Carlos Noronha, militante do PCB, teve participação ativa no movimento, apesar de acusar o grupo petista de aparelhar o Sindicato e acabar com à frente de esquerda que havia tomado o Sindicato dos “pelegos” em 1975, com a vitória de Audálio de Dantas para a entidade. A derrota na greve precipitou um racha na categoria e em 1981, os liberais moderados, com Emyr Nogueira e Audálio Dantas, contaram com o apoio dos comunistas e ganharam à direção do sindicato, vencendo o grupo do PT liderado por Ruy Falcão e Ricardo Kotscho. (*Ibid*, p. 283).



*uma pessoa com um computador faz um jornal. Naquela época não tinha computador, mas já dava para encher o jornal com matéria de teletipo.*

Neste sentido, a greve constituiu um preâmbulo do drama relacionado à questão da identidade profissional, pois nela já estavam esboçados o conflito entre os três tipos presentes neste trabalho. Mas, para melhor compreensão desse drama, é preciso situá-lo no contexto da dinâmica político-sindical daquele período, quando o Partido Comunista Brasileiro, PCB até então hegemônico neste campo sindical, passou a sofrer a concorrência do Partido dos Trabalhadores, PT. Depois, é preciso identificar com mais clareza o que significou a transição do domínio do PCB para o PT no jornalismo e na dinâmica sindical dos jornalistas. Isto é fundamental para compreendermos as conseqüências da greve e da hegemonia do modelo de ação sindical petista.

Primeiro, a greve ocorreu no contexto de surgimento do *novo sindicalismo* no fim da década de 1970 cujas características principais eram os discursos da autonomia da luta dos trabalhadores diante de partidos e do Estado e sua organização voltada para o local de trabalho. O marco histórico deste fenômeno foi às greves metalúrgicas do ABC paulista em maio de 1978. Nos anos seguintes, os metalúrgicos foram seguidos por uma série de outras categorias, criando ondas grevistas. Tal fenômeno foi identificado como a presença de novos atores na cena política<sup>14</sup>. As greves romperam com os limites da política de arrocho salarial, com a lei antigreve e com o silêncio imposto aos trabalhadores desde 1968 pelo regime militar.

As conseqüências destas greves foram à criação do Partido dos Trabalhadores, PT, e de dois organismos intersindicais de cúpula: a Central Única dos Trabalhadores, CUT, e a Coordenação Geral das Classes Trabalhadoras, CONCLAT. A CUT se articulou em torno do setor combativo, composto pelos sindicalistas autênticos e pelas Oposições Sindicais. O CONCLAT, em torno da Unidade Sindical, foco de lideranças tradicionais, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Os novos atores, no campo sindical, podiam ser identificados agregando diversos e divergentes interesses e opiniões. Ao longo do tempo conformaram um bloco, que se opunha às posições do PCB, no passado e no presente, tendo em vista suas alianças com setores mais conservadores do movimento sindical. SANTANA, 1999, p. 136 e 2001, p.182.

<sup>15</sup> Os sindicalistas autênticos não possuíam uma ideologia tradicional de esquerda, reuniam-se em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e agregavam sindicalistas de diversas categorias espalhadas pelo país. Neste setor agrupavam-se militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja Progressista. As oposições sindicais tinham como eixo de ação o combate à estrutura sindical corporativa, a partir de um intenso trabalho nas comissões de fábrica. Podia apresentar posições que iam da aceitação do trabalho em conjunto com o sindicato oficial até as que rejeitavam esse tipo de articulação. Ver SANTANA, 1999, pp.136-151.

Dois fatores motivaram à criação destes blocos. Um, o setor combativo encampou as críticas à estrutura oficial sindical, vindas das Oposições Sindicais. Isto provocou um primeiro distanciamento deste bloco com os setores da Unidade Sindical, defensores da estrutura. O outro envolveu divergências nas lutas encaminhadas em torno do processo de “transição democrática”. De um lado, o bloco combativo defendia a conquista da democracia tendo como eixo à organização dos sindicatos e movimentos populares em torno da luta de classes.

De outro, a Unidade Sindical defendia que a luta deveria se dar em torno de uma aliança pluriclassista, fundamental para a hegemonia da sociedade civil frente aos setores que dominavam o Estado. Esta tese era defendida pelo PCB. Assim, os combativos acusavam a proposta do PCB de aliancista de “negocista, conciliadora e reformista” e os comunistas acusavam a via classista de “radical, esquerdista e desestabilizadora” (SANTANA, 1999 p. 137).

Os dilemas em torno da luta pela abertura, nos anos 1980, produziram discussões e interpretações que acabaram por reforçar, negativamente, o papel “reformista e conciliador” do PCB, em virtude de sua adesão a um sindicalismo de “colaboração de classes” e “cupulista”. Ao longo do processo, progressivamente, pode-se concluir que as posturas dos setores combativos se tornaram hegemônicas no meio sindical, promovendo um modelo de ação política que privilegiava o confronto em detrimento da negociação. Neste contexto, a greve se tornou um elemento chave nas estratégias deste setor (MATTOS, 1998, pp.60-64).

### **O jornalismo e modo de ação sindical dos comunistas**

O eixo do debate no campo sindical não nos permite ter noção mais precisa da dimensão que a ação sindical do PCB tinha no interior do jornalismo e a importância que o partido dava à imprensa como organismo super-estrutural e de construção de hegemonia. Esse tipo de leitura tinha um nexo na forma como o PCB interpretava a realidade brasileira<sup>16</sup>. A visão do partido era modulada pelo dualismo da economia brasileira adaptado à tese do evolucionismo revolucionário<sup>17</sup>. Este consagrou a idéia do etapismo, o avanço ao socialismo feito de forma gradual. Esta lógica funcionou dentro

<sup>16</sup> Segundo DÓRIA (1998, p. 213-214) o pensamento marxista brasileiro marcou uma inflexão na forma de se pensar o Brasil, cujas mazelas eram até então explicadas com base nas diferenças raciais, por variáveis estruturais. Marxistas, como Astrojildo Pereira, por exemplo, procuraram mostrar como a manutenção a estrutura dual da economia brasileira derivava da convergência de interesses entre o capital agrário nacional e os dos oriundos da expansão imperialismo dos países industrializados.

de uma estrutura leninista de organização, importante para homogeneidade ideológica dos comunistas brasileiros<sup>18</sup>.

O dualismo econômico se baseava na idéia de que o “imperialismo” era um dos agentes responsáveis pelo pelos resquícios feudais que atravancavam o desenvolvimento brasileiro. Assim, o PCB viu na política de alianças com setores nacionalistas um meio de ampliar o setor industrial e fomentar o mercado. Esta etapa era um passo fundamental na consolidação do capitalismo nacional e na formação do proletariado, classe verdadeiramente revolucionária. Por outro lado, o partido valorizava a democracia liberal, importante para a mobilidade e liberdade de ação dos seus quadros<sup>19</sup>.

Este tipo de ação política se adaptou a clandestinidade que dominou maior parte da vida do partido<sup>20</sup>. Este alternou momentos de isolamento e radicalização com outros em que procurou se inserir na dinâmica da sociedade civil<sup>21</sup>. A lógica da inserção se consagrou com o Manifesto de 1958. A partir daí o PCB assumiu definitivamente a via

---

<sup>17</sup> De acordo com o *Manifesto do Partido Comunista* (1997, p. 20) o declínio da burguesia e a vitória do proletariado eram inevitáveis, pois o socialismo era uma conseqüência natural do desenvolvimento da economia capitalista. Deste modo, a sociedade brasileira estava em trânsito entre a fase feudal e a burguesa. A missão dos comunistas brasileiros seria, então, acelerar o processo de industrialização e consolidar essa passagem. Dentro dessa concepção, o partido pôs no primeiro plano de suas ações a revolução democrática, deixando para uma outra etapa a revolução proletária. Ver PANDOLFI (1995, p. 43 e 48), FERREIRA (2002, p. 51) e MAZZEO (1999, p. iii).

<sup>18</sup> A Revolução Russa de 1917 foi um dos fatores de difusão de idéias de Lênin. Para ele era fundamental um partido centralizado e de vanguarda centralizada para os militantes fundirem a teoria e a consciência socialista e não ficarem sujeitos ao movimento espontâneo das massas operárias. Apesar disso, ele preconizava a inserção dos partidos comunistas com os sindicatos e movimentos sociais através de células capazes de estruturar os mesmos de forma hierarquizada e fazendo uso do centralismo democrático como um mecanismo de deliberação. Este esquema aberto teria de estar a permanentes discussões como forma de unir a cúpula e base partidária. Ver PANDOLFI, *Ibid*, p. 45.

<sup>19</sup> Em função disso, a democracia foi um instrumento para a estratégia aliancista do PCB. Desde a sua fundação em 1922, os comunistas fizeram alianças com os tenentes na década de 1920, com liberais em 1930, com os Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrático Social na Aliança Libertadora Nacional, com os trabalhistas na década de 1940 em torno do movimento queremista e no fim dos anos 1950 nos sindicatos oficiais (chamada aliança competitiva) e com a oposição parlamentar do MDB durante as décadas de 1970/80. Essas alianças tinham como motivação a nacionalização da economia e a consolidação da etapa democrática. Ela tinha como tática promover mudanças institucionais. Ver PANDOLFI, *Ibid*, p. 183-208, e MAZZEO, 1999.

<sup>20</sup> A vida legal do PCB se resumiu em curtos períodos antes de 1980: de março a julho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; de março de 1945 a maio de 1947. Seu reconhecimento legal só ocorreu depois em 1985, após a ditadura. Mas, no momento em que sua existência formal estava garantida, sua sobrevivência real estava comprometida, pela adesão dos seus militantes ao PT e pelo fim do Socialismo Real. Ver PANDOLFI, *Ibid*, p. 47 e 234 e 242.

<sup>21</sup> A fase de grande abertura do PCB correspondeu ao seu maior período de vida legal, quando o partido ampliou sua articulação com a sociedade, participando de eleições, ampliando o número de filiados e se tornando a quarta maior força política do país. Com a Guerra Fria e a eleição de Dutra, o partido foi posto na clandestinidade e passou por uma fase de “depuração” de quadros e de idéias para eliminar os desvios à esquerda (troktismo) e à direita (burgueses) numa fase chamada de estalinização. Este período durou aproximadamente dez anos e afetou o papel que o PCB vinha até então tendo no campo cultural através dos seus jornais, que passaram a se submeter às diretrizes do “realismo socialista” PANDOLFI, *Ibid*, p. 127-179 e MORAES, 1994, pp. 79-119.

pacífica do reformismo como eixo de luta e os membros do partido procuraram se inserir nos organismos da sociedade civil num tipo de estratégia chamada de infiltração. A idéia era ocupar “por dentro” as organizações da sociedade civil toleradas pelo regime militar e direcioná-las na formação da política aliancista<sup>22</sup>. No caso do campo cultural, isto implicou no gradativo abandono pelos militantes de formas mais artesanais de arte como forma de educar as massas e a inserção dos mesmos na Indústria Cultural<sup>23</sup>.

Isso trouxe um problema de outra natureza: a manutenção da homogeneidade ideológica diante do contato quase permanente dos militantes com os padrões de sociabilidade de outros grupos sociais. Para isso, o partido manteve o centralismo democrático herdado do modelo leninista de organização partidária como mecanismo de deliberação. Na estrutura leninista de organização o militante era um soldado, a direção o comando, o partido um exército e a Internacional o Estado Maior<sup>24</sup>. O centralismo democrático favorecia a manutenção da disciplina, da lealdade, da hierarquia e a ideologia dos seus quadros nas táticas de infiltração e no interior das políticas de alianças<sup>25</sup>. Além disso, o modelo leninista exigia que dos militantes comunistas um forte

---

<sup>22</sup> Com a Declaração Política de 1958, depois de uma série de disputas internas, o partido assumiu a via do reformismo e da revolução pacífica como estratégia de luta, ficando a revolução para uma etapa posterior de “acumulação de forças”. Mas, o reflexo disso aconteceu após 1964 quando a direção do partido passou a criticar o voluntarismo da fase anterior e a defender uma ampla política de alianças pluriclassistas para enfrentar a ditadura. Com isso, o PCB passou a distinguir das demais correntes de esquerda clandestinas, participando das eleições políticas, ingressando no MDB e defendendo a participação dos seus militantes em todas as instituições permitidas pelo regime militar. Esse processo foi definido como “infiltração”, termo oriundo do trabalho que os militantes comunistas faziam com os operários nas horas de almoço nas fábricas e oficinas, conversando e distribuindo material de propaganda do partido PANDOLFI, *Ibid.* p 200 e 206 e FERREIRA 2002, p. 89-90.

<sup>23</sup> FREDERICO (1998, p. 295) citou, de forma crítica, os casos militantes, como o teatrólogo como Gianfrancesco Guarnieri, que afirmou que as novelas da Rede *Globo* realizavam o projeto do PCB de fazer uma arte para o povo, e do diretor-executivo de jornalismo do SBT, Albino de Castro Filho, para quem o noticiário *mundo cão* do programa *Aqui e Agora* era gramsciano, enquanto as novelas da *Globo* eram “lukacsianas, *puro realismo crítico narrativo*”, como exemplo de artistas comunistas que foram cooptados pela Indústria Cultural. Porém, para o autor, isso ocorreu, porque até a 1964 a esquerda agia com desenvoltura e concorrência no campo cultural. Depois, o Estado se tornou um dos principais financiadores dos monopólios privados de difusão cultural que cooptaram parte dos artistas.

<sup>24</sup> A linguagem militar, a disciplina e a exigência do cumprimento de tarefas tinham tal rigidez que Luís Carlos Prestes afirmou a respeito do PCB nos anos 1930: *naqueles tempos era mais fácil construir o PCB nos quartéis que nas fábricas*. (PANDOLFI, 1995, 41 e 110). Segundo REIS FILHO (1985, p. 119) o partidos comunistas de diversas tendências utilizavam a estratégia da *tensão máxima* para manter o controle interno, que se manifestava no *complexo da dívida*: submetido a uma tarefa, o militante tinha de cumpri-la. Se conseguisse, o crédito era da cultura partidária. Senão, ele tinha de se submeter a uma autocrítica e rever os seus erros.

<sup>25</sup> O centralismo democrático era um visto como um instrumento vital para o partido manter a homogeneidade ideológica e a unidade na ação. Mas, a sua aplicação em partidos de massa é problemática. (PANDOLFI, *Ibid.* p.148) No caso do PCB ele foi útil para o partido subordinar seus militantes a orientação da direção e/ou promover expurgos dando sentido a visão de Agildo Barata, de que o centralismo democrático foi uma máquina de forjar unanimidades (FERREIRA, 2002, p. 282). Mas é preciso reconhecer que ele não evitou tensões entre a cúpula partidária e os militantes de base,

espírito de abnegação pessoal. Eles deviam servir de modelo às pessoas comuns, mostrando sua devoção à causa, disciplina ao partido e correção no plano familiar, moral e profissional<sup>26</sup>. A vida pessoal regrada e discreta era fundamental para não despertar suspeitas sobre a militância clandestina.

Com a tática da infiltração e a defesa de uma política de alianças, o PCB conseguiu inserir inúmeros quadros nos principais jornais conservadores do país nas décadas de 1960 e 1970. Isto pode ser constatado através em diversos relatos autobiográficos de ex-dirigentes de redações, confirmando o elevado grau de profissionalismo e disciplina dos comunistas, como o de Cláudio Abramo.

Ao longo de minha vida profissional descobri que os membros do Partido Comunista são as pessoas mais fáceis de lidar. São os mais disciplinados e os mais racionais na ação diária e no trabalho. Faz-se um trato e eles cumprem, não brincam em serviço e não procuram forçar nada. Em todos esses anos nunca encontrei dificuldades com membros do PC, cujos militantes são de um comportamento exemplar do ponto de vista do jornal. Para o meu gosto acho até meio besta, mas para um jornal capitalista seu comportamento é exemplar (ABRAMO, 1988, p. 169).

Três fatores que podem ter facilitado a convivência entre jornalistas comunistas e os donos dos jornais conservadores no Brasil entre 1950 e 1970. Um deles foi o fato do PCB, durante seu curto período de vida legal, entre 1946 e 1947, desenvolver intensas atividades no campo cultural, criando uma ampla rede de comunicação, incluindo muitos jornais. Esta rede pode ter funcionado como uma verdadeira escola de jornalismo para os seus quadros, facilitando o trânsito dos jornalistas do partido para a grande imprensa<sup>27</sup>.

O segundo, é a que cultura herdada no PCB foi um dos possíveis fatores que contribuiu para os militantes comunistas conviverem com a estrutura hierárquica e a forma de comando nas redações dos jornais conservadores, normalmente entregues à personalidades carismáticas. A relação entre os jornalistas comunistas e os membros das

---

principalmente operários, que muitas vezes preferiam seguir o que deliberava as assembléias sindicais do que seguir a orientação do partido (*Ibid*, p. 279-280).

<sup>26</sup> As atitudes exigidas de um autêntico bolchevista tornaram-se para os militantes comunistas, mitos, modelos exemplares de todas as suas atividades no plano partidário ou da vida privada. Ver FERREIRA, 2002, pp. 71-88.

<sup>27</sup> Sob o estrito ângulo das relações entre política e cultura, a rede de jornais do PCB se potencializou neste período, com a utilização de intelectuais, entre eles jornalistas, escritores, artistas etc, filiados ou afetivamente ligados ao Partido. Isto o favoreceu um determinado “nível de qualidade jornalística”, permitindo que a imprensa comunista fosse vista, em muitos lugares, como uma verdadeira escola de jornalismo. RUBIM, 1998, p. 317.

hierarquias dos jornais era provida pela lógica da impessoalidade, calcada no cumprimento exímio de tarefas, fator ainda incomum nas redações brasileiras.

Isto nos leva ao terceiro fator, a importância da adoção do modelo de jornalismo norte-americano nesta estratégia. A objetividade pode ter tido um papel fundamental para os comunistas, pois ela fundamentava o jornalismo como uma técnica e o legitimava na defesa de causas públicas. Esses dois fatores serviam de parâmetro para avaliar o grau de profissionalismo dos jornalistas em geral e atendiam aos anseios dos jornalistas comunistas de serem avaliados como profissionais por critérios impessoais e não por questões ideológicas<sup>28</sup>. Por outro lado, a prática de um jornalismo centrado em fatos servia como um alibi para o exercício de militância, preservando os agentes de maiores questionamentos pelas autoridades.

Além disso, os parâmetros redacionais da objetividade foram recursos extremamente adaptáveis à forma carismática e autoritária como eram geridas as relações trabalho nas redações, pois eles permitiam que os cortes e o material censurado pelo chefe de redação fossem enquadrados por este dentro de um plano de trabalho que atendia às exigências dos donos de jornais<sup>29</sup>.

Leais a esse espírito de submissão às regras do jogo, disciplinados quanto aos limites dos assuntos abordados e profissionais dedicados, os jornalistas comunistas conseguiram ampliar sua rede de relações indicando outros membros do partido para trabalhar nos jornais. Eles tinham plena consciência das divergências político-ideológica que tinham com os donos de jornais, usando da auto-censura para se preservarem no emprego. Mas a auto-censura além de ser uma exigência para qualquer um trabalhar numa corporação noticiosa capitalista dotada de interesses próprios, era uma decorrência quase natural da disciplina que os jornalistas comunistas estavam habituados a conviver no interior do Partido.

Esse senso de autodisciplina dos quadros do PCB foi extremamente importante para os jornais. Ele facilitou o trabalho de produção noticiosa no período da ditadura militar, pois atuar dentro das regras do jogo era uma das formas de se evitar perseguições pessoais ou coletivas dos militantes e dar estabilidade aos jornais para que eles pudessem avançar no seu processo de modernização. Como contrapartida, os donos dos jornais ofereciam proteção e liberdade para os jornalistas comunistas atuarem nos

<sup>28</sup> Segundo Roberto Muller Filho (2003, p. 272) muito do seu espírito de isenção e apelo à coisa pública foram herdados de sua militância no PCB.

<sup>29</sup> Evandro Carlos de Andrade (2003, p. 35) editor-chefe de *O Globo* afirmou que preferia trabalhar com comunistas que udenistas, pois os primeiros eram profissionais, cumpriam o determinado e sabiam dos seus limites.

seus jornais, mas dentro de limites implicitamente determinados (ALBUQUERQUE e ROXO, Inédito).

Houve assim, uma convergência de interesses. Por motivos diferentes, os jornalistas comunistas e os donos de jornais defendiam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a volta à normalidade democrática. Os donos de jornais obviamente em função dos seus negócios, prejudicados pela censura oficial. Os comunistas em função da sua visão dualista da economia, para o qual a democracia liberal era uma etapa necessária para incrementar o desenvolvimento da economia patrocinada pelo Estado. Além disso, os comunistas forneciam aos jornais um modelo de profissional fiel às normas da organização empresarial. Em contrapartida tinham uma relativa liberdade de ação para defenderem suas concepções de mundo nas páginas dos periódicos.

### **O Jornalismo e o modo de ação sindical petista**

Isto nos permite vislumbrar o impacto que a ascensão do novo sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores representou no interior do jornalismo. Durante o período de hegemonia do PCB havia certo pacto de convivência nas redações adequado ao partido diante das condições conjunturais que vivia o Brasil. Somente assim, os jornalistas poderiam exercer um papel relevante como formadores de um consenso de forças contra a ditadura. A ascensão do sindicalismo combativo, por sua vez, gerou uma inflexão neste modelo de atuação que terá reflexos no debate em torno da discussão da identidade jornalística. Isto fica patente na análise de Odon Pereira, militante comunista e editor da *Folha de S. Paulo*, sobre as conseqüências da greve dos jornalistas de 1979.

A principal e mais fatídica dessas conclusões equivocadas foi a de que os jornalistas poderiam deslocar para o primeiro plano de seu relacionamento político a contradição capital-trabalho, apoiados no prestígio e força inegáveis que sua atuação na luta pelo Estado de direito havia granjeado. Terrível engano, pois o que se viu foi o isolamento da categoria, demonstrando que a correlação de forças nem de longe correspondia ao retrato que dela se fizera. Uma das conseqüências dessa avaliação errada foi interna às redações, no relacionamento empresa-empregados. Até os dias anteriores à greve havia um acordo tácito entre empresas e jornalistas segundo o qual as primeiras avançavam no seu noticiário e posições, como vanguardistas e de certa forma experiência-piloto escolhida pelo próprio governo para a abertura (o que renderia aos veículos maior leitura e prestígio) e os jornalistas seriam beneficiários de uma atividade mais desenvolvida no plano político, caindo ou diminuindo sensivelmente as restrições políticas ou

ideológicas a profissionais ou assuntos. **De quebra os jornalistas tinham a franca ofensiva no que se refere à ampliação do mercado de trabalho e melhorias da condição de seu desempenho. As redações ampliavam seus quadros, melhorias salariais particulares eram conseguidas e os homens de direção davam satisfações e o cumprimento de compromissos às editorias. Na verdade, a contradição capital-trabalho operava num segundo plano, funcionava como uma etapa de acumulação de forças.**<sup>30</sup>

Pode-se compreender porque muitos militantes do PCB eram contrários a greve<sup>31</sup>. Ela significou a troca da política de alianças pela predominância da contradição capital-trabalho entre os jornalistas, com conseqüências obviamente negativas para os comunistas. Mas, a análise de Odon deixa um vácuo sobre quais motivos facilitaram o avanço dessa lógica entre os jornalistas.

Isto passa por verificar na greve uma outra perspectiva analítica na qual a retórica classista aparece associada à emergência do assalariamento. Ele passou a ser um dos principais aspectos da identidade jornalística junto com o diploma. Nesta perspectiva, os jornalistas passaram a definir suas identidades de forma positiva ou negativa em função exclusivamente das condições de venda da sua força de trabalho aos patrões. Com isso eles secundarizavam outros aspectos substantivos da definição do jornalismo enquanto prática social.

**a greve mostrou os limites da visão simplesmente classista da problemática jornalística (...)** quatro pessoas fazem um jornal nas condições de produção existentes hoje (...) **A homogeneização da notícia, com a produção em massa, com as agências de notícias (internacionais e nacionais), com os pólos de informação, com a relativa promiscuidade ou pouca definição do campo do press-release e o campo do jornalismo, aliados à predominância da concepção sindicalista sobre as lutas da categoria, levaram a que o jornalista abdicasse da luta pelo exercício de sua função crítica na sociedade, de sua identidade como personalidade pública, permitindo o esvaziamento da categoria como categoria** (KUCINSKI In: *Unidade*, nº 55, maio/junho de 1980, p. 12. Grifos Meus).

As relações desse processo com o crescimento do número de jornalistas graduados não são tão simples. Seu exame passa por uma pequena revisão da nossa

---

<sup>30</sup> Segundo Pereira, a luta pelo Estado de Direito foi a mais ampla e vigorosa aliança de classes conhecida no Brasil moderno. Mas a onda grevista era fruto do descontentamento de alguns grupos de esquerda que consideravam a luta pela democracia ultrapassada, partindo para a ação de classe em substituição a ação democrática. Ver MOTA e CAPELATO: 1981: 355. As referências da militância de Pereira como comunista podem ser encontradas na *Folha de S. Paulo*, 16 de novembro de 2001.

<sup>31</sup> Segundo Alberto Dines (2003, p. 126), a greve resultou da ação de um grupo radical que depois virou PT e estava “botando pra quebrar”. Foram contrários ao movimento os comandos dos jornais, as pessoas politicamente mais preparadas e o pessoal do “Partidão”, como era usualmente chamado o PCB.



discussão, na qual observamos anteriormente a falta de uma identidade de interesses jornalísticos entre os diversos conjuntos de jornalistas nas redações. A maior parte dos quadros situada na estrutura superior da hierarquia tinha preocupações quase exclusivas com a natureza do trabalho jornalístico, afetado nos anos 1970 por mecanismos de censura internos e/ou externos. Mas, boa parte do escalão inferior, entre os quais repórteres anônimos, diagramadores, fotógrafos etc era atormentada por questões materiais, relativas à precariedade salarial e a rotatividade no emprego.

É bastante plausível se imaginar que a maioria dentre estes últimos fossem de jornalistas graduados. Não sabemos precisar o crescimento vegetativo desses quadros em São Paulo, mas ele não era desprezível diante do número de faculdades de comunicação lá existentes e de estarem lá concentrados os movimentos destinados a dar um caráter profissionalizante aos currículos das escolas. A isto podemos associar a leitura que os jornalistas daquele estado fizeram sobre a greve.

Entre elas, estava a constatação de que boa parte dos jornalistas, por não dominarem todas as fases da produção de notícias havia se tornado parte de uma mão de obra sem prestígio e descartável. Se por um lado, isto facilitou a identificação destes jornalistas com outras categorias de trabalhadores, por outro, a derrota dos jornalistas na greve era um sintoma de que a tecnologia e crescimento do mercado de compra e venda de notícias teria facilitado a reestruturação do poder nas redações em favor das empresas<sup>32</sup>.

A questão é saber até que ponto o aprendizado formal em jornalismo nas escolas e a estrutura habilitacional dos cursos de jornalismo facilitaram aos jornalistas graduados se adaptarem a um ambiente de trabalho mais impessoal e burocrático, fruto dos efeitos da modernização das estruturas dos jornais, transformados em organizações empresariais mais complexas. O crescente domínio nas universidades da visão de que o jornalismo era uma função técnica certamente ajudou nesse processo, mas temos de ver isto dentro de certos limites. De um lado, os jornalistas não tinham um tipo de formação

---

<sup>32</sup> Este era o pensamento de militantes como Fausto Cupertino e Fúlvio Abramo, para quem os jornais viraram grandes empresas, com forte volume de capital e deixaram de ser dominado por jornalistas. Ver *Unidade*, 49, setembro de 1979, p. 4-5. José Salomão Amorim, prof. da Universidade de Brasília ressaltou que a greve de 1979 fracassou pelo fato dos jornais paulistas receberem material noticioso de jornais de outros estados. Isto era um indicador da existência de um novo ambiente jornalístico, das agências de notícias e de uma estrutura sofisticada de comunicações no país, fatores que alteraram a “regra do jogo” no interior dos jornais. N° Um, *Jornal dos Jornalistas*, setembro de 1985, p. 7. ROXO DA SILVA (op. cit, p. 273-275) também aponta que o avanço tecnológico e o incremento do mercado de compra e venda de notícias entre os jornais permitiu a feitura dos jornais, sem o noticiário local. A única forma de impedir a sua a circulação dos mesmos eram os piquetes. Mas estes, apesar de massivos tiveram de enfrentar a repressão policial típica da época.

que os permitia se identificarem como intelectuais. De outro, a maior parte dos jornalistas graduados estava sujeita as intempéries do mercado como profissionais mal pagos e que viviam os mesmos males da classe trabalhadora. Isto pode ter facilitado sua auto-representação como trabalhadores assalariados, mas gerou outras implicações.

É preciso ter em mente que boa parte dos estudantes de comunicação não estava unicamente sujeita ao aprendizado técnico do jornalismo no fim dos anos 1970. Esse grupo também ficou familiarizado com uma vertente crítica predominante nos estudos de comunicação, na qual imperavam termos de verniz marxista, como Industrial Cultural, Aparelhos Ideológicos do Estado, Hegemonia e outros. Neste sentido, eles não se encaixavam dentro do perfil de mão de obra técnica projetada pelos militares e a greve era um sintoma visível deste distanciamento (ALBUQUERQUE e ROXO, 2006, Inédito).

Mas, também temos de considerar que a maioria dos jornalistas graduados era oriunda dos segmentos médios da sociedade. Para alguns analistas este vínculo de pertencimento era capaz de explicar porque muitos deles tinham forte propensão em adotar uma conduta individualista em relação ao emprego e um comportamento ambíguo na sua identificação como trabalhadores, pois acalentavam sonhos de que o trabalho assalariado no jornalismo lhes proporcionaria um padrão de vida acima da média dos demais trabalhadores assalariados<sup>33</sup>. Mas, se a questão era a origem, ela não afetava somente os estudantes de jornalismo e sim os universitários de uma forma geral.

Assim, dentro de uma perspectiva individualista e/ou ideológica, é possível que boa parte dos jornalistas graduados fosse alvo de recrutamento pelos sindicalistas combativos. Provavelmente, a observação de que outras categorias de trabalhadores atingiam suas reivindicações lutando ostensivamente contra o patronato, tenha exercido uma influência entre estes jornalistas, fazendo-os interpretar a ação sindical um meio de obter benefícios concretos de natureza corporativa como salários, jornadas de trabalho etc.

Isto, porém, pode ser visto dentro de um duplo movimento. Da mesma forma que a retórica classista podia seduzir os jornalistas graduados no atendimento de suas

---

<sup>33</sup> Para Ruy Falcão, da revista *Visão*, os jornalistas estavam divididos entre uma aristocracia postada na direção dos jornais e um setor proletarizado. Este último, porém, por ser oriundo da classe média, interpretava de forma negativa a associação de suas condições de vida com às dos demais trabalhadores assalariados e alimentava sonhos de ascensão social típicos de profissionais liberais. Para ele, a greve de 1979 teve êxito por conseguir superar, mesmo que momentaneamente, estas contradições no interior da categoria. *Unidade*, 49, setembro de 1979, p. 5. Perseu Abramo (1997, p. 281-287) também entendia que a origem nos segmentos médios era responsável pela postura ambígua dos jornalistas e da dificuldade destes se identificarem de modo positivo e permanente como trabalhadores assalariados.

demandas, a reestruturação das empresas jornalísticas no decorrer dos anos 1980 pode tê-los favorecidos em suas ambições de seguir carreira nessas corporações. O sintoma do crescimento da mão de obra graduada na hierarquia dos jornais é normalmente identificado através de um fenômeno chamado juvenilização da mão de obra<sup>34</sup>.

Não temos dados com base na variável “idade” para confirmar essa impressão. Mas, podemos fazer uma inferência indireta. Segundo o DIEESE, o número de jornalistas do sexo feminino era de 6.176 em 1986. Isto correspondia a 35,24% do total de jornalistas no mercado. Se tomarmos São Paulo como exemplo, havia cerca de 700 mulheres no mercado de trabalho em 1978 contra duas mil em 1988. Um crescimento de quase duzentos por cento. Há, portanto, uma correlação entre a obrigatoriedade do diploma e o aumento da mão de obra graduada e, conseqüentemente feminina nas redações jornalísticas.

Se as taxas de rotatividade beiravam a 30% conforme afirmou Kucinski (1998, p. 27), é bem provável que as redações fossem compostas por um número expressivo de jornalistas graduados e houvesse uma gradativa ocupação dos cargos de chefia por uma mão de obra jovem e disposta a se submeter aos padrões de controle impostos pela empresas para usufruir dos benefícios desta ascensão<sup>35</sup>. Isto pode ser cruzado com uma reportagem do *Unidade* sobre o perfil das chefias dos principais jornais de São Paulo em 1990.

De forma geral, estas chefias são descritas como jornalistas que iniciaram a carreira com um espírito militante. Mas, não sabemos até que ponto isto é uma caricatura. Talvez tivessem vivido uma militância eventual. Dos cinco entrevistados, todos tinham entre trinta e quarenta anos de idade, três eram formados em jornalismo, dois não (um deles não tinha curso superior e o outro formado em economia), pois ingressaram na profissão antes da regulamentação feita pelo decreto 83.824, que tornou exclusivo o acesso à profissão aos jornalistas graduados<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Para Alberto Dines (2003, p. 128) a juvenilização foi oriunda de uma série de decisões tomadas pela *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, entre as quais *tirar os velhos que vinham com ranço político*. Para ele, esse processo se generalizou pelos demais jornais do país, simbolizando a troca dos jornalistas moderados pelos identificados com o PT. Esse movimento, segundo ele, foi precipitado pela greve dos jornalistas de S. Paulo. KUCINSKI (1998, p.78) afirmou que esse processo estava associado a um novo padrão de relações de trabalho no jornalismo padronizado pela *Folha*, em que a luta do indivíduo, o espírito de competição e o valor sucesso pessoal substituíram a solidariedade e a identidade de classe.

<sup>35</sup> KUCINSKI (*Idem Ibid*) apontou esta alta taxa de rotatividade no emprego como um eficiente mecanismo de controle. Para CONCEIÇÃO (2005), os manuais de redação que começaram a circular no meado da década de 1980 eram instrumentos mais eficazes para disciplinar a mão de obra jornalística.

<sup>36</sup> Os cinco entrevistados foram: José Paulo Kupfer, 42 anos, economista, editor-executivo de *O Estado de S. Paulo*; Hélio Mauro Armond, 42 anos editor de política da *Folha*, provisionado; Alexandre Polesi, 33 anos, coordenador de redação do *Diário do Grande ABC*, Roberta Rosseto, editora da Revista *Exame* e Laura Capriglioni, 30 anos diretora-executiva de *Notícias Populares*. Os três últimos eram graduados em

Os seus discursos tinham duas variáveis em comum. O primeiro era o destaque que davam as mudanças tecnológicas sofridas pelos jornais, o que os obrigava a lidar tanto com novos padrões nas rotinas industriais (preocupação com horários de fechamento e os aspectos gráficos dos jornais) quanto com questões editoriais<sup>37</sup>. A segunda, a importância da qualidade literária para ter sucesso no jornalismo.

Assim, a adaptabilidade desses quadros às variantes produtivas da produção noticiosa impostas pela competição e pela tecnologia pode não ter sido facilitada somente em função das modificações da estrutura curricular das escolas e sua orientação para o mercado. Os currículos estavam centrados na divisão social do trabalho e, ao que parece, o sucesso profissional estava atrelado à visão mais multidisciplinar do jornalismo. Porém, há que se chamar a atenção para um aspecto, a controversa questão geracional.

Abreu (1998 e 2003) tem chamado a atenção para a variável geracional para se entender as mudanças no jornalismo, situando à mesma dentro de um quadro esboçado por Bobbio a respeito da questão dos intelectuais, cujo padrão e atuação ele divide em dois modelos de ação racionais: segundo o valor (os ideólogos) e segundo o fim (o experto). A questão aqui é que esta divisão se apresenta tendo como pano de fundo as mudanças no mundo atual, na qual se destacam: a sedimentação do regime liberal democrático e da economia de mercado na maior parte dos países; o papel que o Estado moderno tem exercido nas políticas públicas e a crescente profissionalização dos intelectuais, que agora já não mais atuam no interior de partidos, mas sim em empresas ou universidades.

Assim a predominância do experto estaria se relacionaria a um quadro de mudanças em que seus efeitos sobre o jornalismo seriam percebidos através do maior grau de especialização dessa atividade. Isto levou os jovens jornalistas a abandonarem o perfil antigo, no qual os homens de imprensa eram vistos como intelectuais dotados de vasta cultura geral, movidos por um senso de missão e desejo de intervenção na dinâmica da sociedade como forma de reparar as injustiças sociais. A especialização e o trabalho por metas os aproximariam do papel exercido por um experto.

---

jornalismo. Ver Unidade, nº 110, dezembro de 1990, p. 8-9.

<sup>37</sup> É importante ressaltar que a visão dessas chefias à respeito as mudanças vividas nos jornais não era necessariamente uniforme. Para Kupfer, *os jornais estão com ações de marketing muito codificadas*. Segundo Armond, a preocupação com o horário de fechamento era uma decorrência natural do processo tecnológico vivido naquela época. Polesi achava que as mudanças impactantes nas redações não eram derivadas só da tecnologia, mas da mudança de gerações. Para Rosseto, os jornais estavam adiantados em tecnologia, mas atrasados na mentalidade gestora, devendo acabar a distinção entre repórteres, editores e redatores, já que a prática obrigava cada um a fazer de tudo. Idem *Ibid*.

Muito embora o argumento seja sofisticado, ele apresenta algumas lacunas no nosso entender. A primeira delas é o fato dele não prever cruzamentos. Muitos formados nos anos 1980 se identificavam com o jornalismo praticado nos anos 1950/60. Por outro lado, várias redações tiveram à frente velhos jornalistas comandando o processo de modernização, como foi o caso de Evandro Carlos de Andrade em *O Globo*. A segunda, a idéia de que era preciso “sangue jovem” para modernizar o jornalismo também fez parte dos discursos dos reformadores dos anos 1950/60. Para nós há certa similaridade no perfil dos reformadores dos anos 1950 e dos jovens que conduziram as reformas nos anos 1980. Os dois processos de mudanças foram conduzidos por jovens quadros jornalísticos com grande capacidade de adaptação, senso de pragmatismo e um tipo de cultura que lhes facilitou ter uma visão geral de todas as fases do processo jornalístico.

A juventude foi um fator fundamental para que nos anos 1950 a geração composta por Alberto Dines, Cláudio Abramo e Jânio de Freitas, entre outros, por não ser muito afeita a uma lógica profissional na qual o improvisado era muito valorizado, pode corresponder às expectativas das empresas e impor mudanças significativas no padrão de jornalismo operado por elas, como a maior sistematização discursiva e gráfica dos jornais (RIBEIRO, 2000). Um processo até certo ponto similar ocorreu nos anos 1980, no qual jovens jornalistas menos afeitos às relações de fidelidade pessoal e imbuídos do desejo de sedimentar seus jornais no mercado foram fundamentais para conduzir os jornais no processo de adaptação dos mesmos ao intensivo da tecnologia e dentro dos padrões exigidos pela economia neoliberal que entrou em vigor a partir dos anos 1990.

Obviamente que nem todos os jornalistas tiveram a mesma capacidade de se inserir no processo de produção noticiosa, o que gerou um processo de seleção natural dos mais aptos<sup>38</sup>. Esse processo se tornou visível e dramático com a quantidade de jornalistas postos no mercado em função da obrigatoriedade do diploma. Isto nos permite especular que nos momentos de acomodação das relações entre o patronato e os sindicatos de jornalistas, parte da mão de obra graduada nas escolas de comunicação

---

<sup>38</sup> Isto explica os critérios diferenciados e baseados na visão pessoal de cada editor responsável pela questão das admissões em cada jornal. Em *O Estado de S. Paulo*, as contratações passavam por José Paulo Kupfer que exigia sólidos conhecimentos do idioma e a leitura de romances para contratar um jornalista. O caráter para ele também era um critério importante, porém só avaliável com o tempo. Alexandre Polesi tinha como parâmetro a reportagem política, pois assim podia medir o grau de isenção do candidato ao emprego. A *Folha de S. Paulo* e o *Globo* faziam processos públicos de seleção, mas não há como sabermos se todos os seus jornalistas ingressaram desta forma no jornal.

pode ter sido bem útil à finalidade das empresas e por isso tenha sido bem sucedida em termos profissionais. Isto talvez seja um fator fundamental para a compreensão da dinâmica interna das reformas ocorridas na *Folha de S. Paulo*. Nela, jovens militantes sindicais e/ou de correntes políticas de esquerda ascenderam, durante a década de 1980 aos postos de chefia, trocando com muita facilidade a política pelo profissionalismo<sup>39</sup>. Por outro lado, a constante produção de jornalistas pela Universidade tornava os sindicatos interlocutores privilegiados dos que tinham dificuldade para se estabelecer e manter num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Como isto se relacionou com a dinâmica do movimento sindical?

O tipo de ação sindical do PCB estava calcado numa perspectiva de longo prazo, na qual os jornais faziam parte de suas estratégias política de consolidar a democracia no país. Também estava relacionado com certa hibridização dos tipos de jornalista intelectual e profissional, pois os comunistas viam os jornais conservadores como importantes para construção de uma hegemonia de valores políticos, mas atuavam dentro dos jornais valorizando determinados parâmetros profissionais.

O modelo de ação sindical petista não estava centrado dentro de uma visão estratégica, mas interpretava o trabalho jornalístico como qualquer outro. Isto significava que a variável importante deste último modelo de ação eram as condições materiais de trabalho, ficando as questões simbólicas relacionadas à imagem do jornalista como um intelectual em segundo plano. É aqui também emerge um tipo híbrido. De um lado, o vínculo fundamental dos jornalistas como classe passava pelo assalariamento e o orgulho corporativo da categoria pela sua capacidade de ação e mobilização coletiva. Isto o aproximava do tipo trabalhador. O emprego era interpretado, então, como um direito auferido pela conquista do diploma e não como fruto de um dever, de um senso de missão ou compromisso maior com uma ideologia política. De outro lado, o diploma também estava relacionado com as técnicas

---

<sup>39</sup> Isto tem haver relação com a dinâmica interna da reforma da *Folha de S. Paulo*, que simbolizou o deslocamento das estruturas de poder interno dos jornais, até então em mãos dos chefes de redação carismáticos, para jovens quadros graduados e militantes de correntes da esquerda revolucionária como a *Liberdade e Luta* (Paulo Nogueira, da Ag. *Folhas*, Mário Sérgio Conti e Sheila Carvalho), corrente que participou intensamente da greve de 1979, organizando os piquetes nas entradas dos jornais *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* (Ver ROXO DA SILVA, op. cit. 262-263). Essa mudança teve o seu impulso inicial com a greve dos jornalistas de 1979 e corou a política de adesão obrigatória dos jornalistas ao projeto editorial do jornal. A adaptabilidade destes novos jornalistas as mudanças ocorridas no jornal é explicada através da permanência do mecanismo da auto-censura (KUCINSKI, 1998, p. 69). Mas, achamos os vínculos entre a cultura sindical e a formação profissional universitária destes agentes com a dinâmica de mercado fornecem a chave para uma explicação mais consistente em relação a este processo de mudanças.

redacionais que esses jornalistas aprendiam na universidade e que os distinguiam de trabalhadores e lhes davam uma identidade como profissionais.

## Conclusão

Quais os significados da greve de 1979 para o jornalismo? A greve era um indicativo de que o esquema disciplinar que envolvia os militantes do PCB decresceu em razão proporcional ao aumento do prestígio do PT entre os jornalistas. Isso não significa que os militantes comunistas não valorizassem o assalariamento, mas o subordinavam a outras questões de fundo que envolviam perspectivas mais amplas e gerais dos destinos da sociedade brasileira. Os militantes do PT, por sua vez, tinham uma postura distinta, pois entendiam que as lutas dos trabalhadores tinham uma dinâmica própria e que deveriam ser autônomas em relação a visões de partidos e/ou ideologias tradicionais. Eles agiam não com base num quadro sistematicamente esboçado da sociedade brasileira, mas na crença de que um dia às lutas das diversas categorias de trabalhadores iriam se encontrar numa grande luta geral contra o regime capitalista<sup>40</sup>.

Ao mesmo tempo em que serviu como fator de mobilização e tensão contra o patronato, este tipo de postura facilitou, por alguns momentos, a identidade de interesses dos jornalistas militantes com os da maioria anônima da categoria, pois o que orientava as ações dos militantes era uma pauta de reivindicações que contemplava um conjunto de demandas corporativas. Daí haveria um salto para a discussão de questões políticas mais gerais. Mas, isto não se revelou verdadeiro e o corporativismo acabou predominando como lógica<sup>41</sup>. A consequência foi à ação dos Sindicatos por dentro do

---

<sup>40</sup> É preciso chamar a atenção aqui para as diferentes concepções sindicais. Os comunistas se consideravam, de acordo com o modelo leninista, uma vanguarda que tinha como missão conduzir uma aliança para consolidar a democracia no país. Os petistas, por sua vez, muito embora não tivessem uma linha teórico-política clara, se orientavam, implicitamente, pelo que Marx expôs no Manifesto do Partido Comunista (1997, p.17) ao afirmar que o proletariado era o agente histórico da revolução. *O verdadeiro resultado das lutas proletárias não é o sucesso imediato, mas a união crescente. Ela é incentivada pela expansão dos meios de comunicação, produzidos pela grande indústria, que colocam os trabalhadores das mais diversas localidades em contato. Basta esta ligação para centralizar as numerosas lutas em uma luta nacional, em uma luta de classes. Toda luta de classes é uma luta política.*

<sup>41</sup> Em 1987, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo reclamava da acomodação da categoria. Ela dava pouca importância às discussões políticas, como a construção de uma central sindical entre os trabalhadores e aceitava a os critérios jornalísticos impostos pelas empresas como as demissões. *Nem todos os jornalistas estão conscientes da avareza patronal e preferem concordar com a demissão de colegas.* Para a entidade, um dos problemas era a pouca renovação dos militantes sindicais entre os jornalistas, pois os lugares de formação dos mesmos, o movimento estudantil e organizações clandestinas de esquerda, estavam desarticulados. *Unidade*, nº 92, 1987.

mercado de trabalho tentando expandir suas fronteiras para as assessorias e o funcionalismo público como forma de tentar acomodar o número excessivo de jornalistas no mercado.

No plano político, isto teve outros desdobramentos. Kucinski (1998, p. 68) afirmou que a incorporação da auto-censura ao ethos profissional dos jornalistas foi o fator responsável por grande parte deles, dotados de ideologias de esquerda, conseguir suportar a estrutura hierárquica autoritária dos jornais conservadores. A auto-censura era o traço cultural distintivo da ética herdada do jornalismo liberal praticado aqui em relação à existente em países como os EUA. Enquanto lá, o valor *verdade* ocupa um lugar central, aqui este valor foi deslocado pelo valor *responsabilidade* e outros tais como a lealdade pessoal do repórter e/ou da empresa jornalística a facções, ao poder, a interesses particulares ou ao valor *sucesso pessoal*. Assim, a predominância da auto-censura entre os jornalistas brasileiros explicaria porque eles deslocavam o exercício de militância política para fora das redações.

Albuquerque e Roxo (inédito) propuseram outra linha interpretativa argumentando que os jornalistas comunistas tinham consciência das restrições impostas pelas empresas ao exercício do jornalismo e que a intensa presença deles nas redações nas décadas 1950/60/70 não se deu a despeito de suas posições políticas, mas fundamentalmente por causa delas. A relação simbiótica entre estes jornalistas e os donos de jornais forneceu o terreno para a adaptação do modelo liberal de jornalismo no Brasil, mas em condições muito diferentes das praticadas nos Estados Unidos, pois aqui a objetividade era um alibi para os jornalistas exercitarem a política no interior dos jornais. A greve de 1979 foi tomada, neste sentido, como uma ruptura neste pacto de convivência jornalistas e donos de jornais conservadores ao radicalizar o conflito de classes<sup>42</sup>.

Uma conseqüência da hegemonia do modelo de ação sindical petista foi substituir, entre os jornalistas, um tipo de ação política calcado numa perspectiva ação de longo prazo pelo atendimento imediato das demandas corporativas destes agentes. A

---

<sup>42</sup> Depois da greve houve intensa polarização entre o PT e o PCB pelo domínio das entidades de classe dos jornalistas. Entre 1981 e 1988, os sindicatos de jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo, tiveram eleições polarizadas entre militantes dos dois partidos. No Rio em 1984, entre José Carlos Monteiro (PCB) e Marcelo Beraba (PT). Em São Paulo, 1981, entre Rui Falcão (PT) e Emyr Nogueira, apoiado pelo PCB. Na FENAJ, a eleição de 1983 protagonizou essa rivalidade entre Audálio Dantas e Rogério Medeiros, presidente do Sindicato do Espírito Santo que em 1986 foi candidato a Senador pelo PT. Dantas afirmou que este divisionismo foi responsável pela sua suposta vinculação ao PCB, numa época em que isto representava a possibilidade de ser perseguido pelo regime, como aconteceu com Wladimir Herzog. A eleição de Armando Rollemberg para a FENAJ em 1986, representou a ascensão dos grupos vinculados ao PT, tendo a entidade se filiado à CUT no final de 1987.



lógica dos militantes sindicais era construir a identidade destes agentes com base no confronto de interesses com patronato e na incorporação dos métodos de luta do operariado. Para isto, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo tentou construir instâncias sob o controle dos jornalistas, capazes de se constituir num contra poder à estrutura hierárquica existente nas redações. Nisto se inspirou os Conselhos Consultivos de Representantes das Redações.

Mas, este tipo de perspectiva mais combativa e classista conviveu com uma outra mais corporativa na qual a defesa do diploma de jornalismo, a padronização das relações salariais, da jornada de trabalho, o alargamento e patrulhamento das fronteiras do mercado de trabalho se harmonizaram num tipo de ação política que fez dos sindicatos um dos principais agentes da profissionalização dos jornalistas na década de 1980. Esta segunda perspectiva tomou forma em momentos em que as relações de classe tendiam a se acomodar levando os sindicatos a cada vez mais a se limitarem a defender às normas legais vigentes como meio de regular minimamente as relações dos seus filiados com as empresas e impedir que estranhos, entenda-se, jornalistas não diplomados exercessem o jornalismo<sup>43</sup>.

Do nosso ponto de vista, o assentamento dos jornalistas em torno de suas demandas corporativas foi facilitado, de um lado, pelo próprio ensino do jornalismo nas universidades, centrado num viés tecnicista e, de outro, no próprio modelo de ação sindical petista, no qual a perspectiva combativa, por não ter um lastro ideológico mais denso capaz de organizar e orientar os jornalistas como intelectuais do campo cultural, tinha um potencial para se reduzir a uma perspectiva corporativa de padrão *trade unionista*<sup>44</sup>. Esta era capaz de aglutinar os interesses da maioria anônima dos jornalistas, mas sob pena de secundarizar o papel político destes agentes como organizadores do campo cultural ao tornar o jornalismo um emprego como outro qualquer. Para esta maioria, a idéia de auto-censura não tinha maiores significados visto que não era a natureza do trabalho jornalístico que estava em questão, mas o status econômico que os agentes poderiam obter com este tipo de atividade. Com isto, o vínculo de identidade profissional e/ou sindical de boa parte dos jornalistas ficou atrelado ao diploma. E a manutenção da obrigatoriedade para o exercício profissional do jornalismo se tornou um

---

<sup>43</sup> Esse processo de acomodação sofreu abalos na eleição de 1989, por exemplo, no qual grande parte dos jornalistas se engajou na campanha de Luís Inácio Lula da Silva para presidente. Mas, isto foi um impulso externo e passado os seus efeitos, as relações tendiam novamente a acomodação.

<sup>44</sup> Esta era uma das principais críticas de Lênin ao sindicalismo, que para ele, só se tornaria politicamente ativo em prol da ação revolucionária se fosse comandado por uma vanguarda disciplinada e obstinada pelo trabalho revolucionário. Suas idéias estão expostas no seu livro *O Quê Fazer*.

tipo de bandeira em torno da qual às entidades de classe procuraram centrar a identidade dos jornalistas como profissionais.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ABREU, Alzira Alves. *Jornalistas: de românticos a profissionais*. Antropolítica nº 5, p. 7-19, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Jornalistas e Jornalismo Econômico na Transição Democrática*. In ABREU et al. *Mídia e Política no Brasil. Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- ABREU, Alzira Alves, LATTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau de Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A História da Vida Privada*. Volume 4. São Paulo, Cia da Letras, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, nona edição, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo, Editora Unesp, 1996.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, EDUNB, 1992.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Classe Média e Sindicalismo*. *Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 4, nº 1, p. 211-234, 2004.
- CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo, Cia da Letras, 1999.
- DÓRIA, Carlos Alberto. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução. In MORAES, João Quartim de (org). *História do Marxismo no Brasil*. Volume III. (org). Campinas, Unicamp, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e Notas Dispersas para um Grupo de Ensaio sobre os Intelectuais. In *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito. Cultura e Imaginário Político dos Comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro, Mauad-Eduff, 2002.
- FREDERICO, Celso. “A Política Cultural dos Comunistas”. In *História do Marxismo no Brasil*. V. III. MORAES, João Quartim de (org). Campinas, Unicamp, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta, 1991.
- LOPES, Fernanda Lima. *Auto-referenciação e Construção da Identidade Jornalística*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 1997.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada. A política dos Comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres, 1981.
- MORAES, Mário Sérgio de. *O Ocaso da Ditadura: Caso Herzog*. São Paulo, Barcarolla, 2006.
- MOURA, Cláudia Peixoto de. *O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado. UFRJ, setembro de 2000. Mimeo.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta*. São Paulo, Olho D’água e Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas. 1937a1997*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Imesp, 1998.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

- ROXO DA SILVA. *Companheiros em Luta: A Greve dos Jornalistas de 1979*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2003.
- SÁ, Adísia. *O Jornalista brasileiro*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Política e História em Disputa: O Novo Sindicalismo e a Idéia de Ruptura com o Passado”. In *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. RODRIGUES, Iram Jácome (org). Petrópolis, Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores em Movimento: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980-1990*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*. Volume 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: Seis Mil Dias Depois*. São Paulo, PubliFolha, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Adiantado da Hora*. São Paulo, Summus Editorial, 1990.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- TRAQUINA, Nelson e AGEE, Warren K. *O Quarto Poder Frustrado: Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Lisboa, Vega, s/d.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação e Espetáculos de Política*. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira/Thomson Learning, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.